

Governo faz proposta para mudar a anistia de dívidas

BRASÍLIA — O governo entregou à Constituinte uma proposta informal de acordo para cancelamento da correção monetária sobre empréstimos bancários feitos por micro e pequenos empresários urbanos e rurais durante o Plano Cruzado. Elaborada pela liderança do PFL com autorização do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, a proposta procura conter o prejuízo da anistia das dívidas em 100 milhões de OTN, cerca de Cz\$ 133 bilhões.

Ao contrário da emenda apresentada na Constituinte pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e pelos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) — que concede a anistia para as dívidas contraídas de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 — a liderança do PFL propõe que o cancelamento da correção monetária seja limitado ao período de vigência do Plano Cruzado: 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986.

“Se queremos fazer justiça, temos de nos

fixar na época do Cruzado e não ultrapassarmos um ano, como querem os autores da anistia”, disse o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço.

Adiamento — Os líderes do governo ganharam mais tempo para tentar um acordo. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, obteve de Mansueto, Souto e Ziza a concordância de adiar a votação para quarta-feira. Esse prazo foi estabelecido porque na quinta-feira Ulysses assumirá interinamente o Palácio do Planalto, com a viagem do presidente José Sarney à China.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna, exultou com o adiamento, pelo qual trabalhou com afinco nos últimos dias. No esboço de proposta enviado aos constituintes, o governo procura deixar margem para a negociação. Não estabelece, por exemplo, o montante da dívida referente a refinanciamentos e composições decorrentes de empréstimos.

24 JUN 1988

JORNAL DO BRASIL

Brasília -- Moreira Mariz